





# A MEMÓRIA EM DERRIDA: uma questão de arquivo e sobre-vida

Maria José R. F. Coracini\*

O primeiro sentido que nos vem à memória, tão logo falamos de “memória”, a nós, professores de línguas, herdeiros que somos de teorias da aquisição/aprendizagem da segunda metade do século XX, é o de competência cognitiva, capacidade maior ou menor, segundo o grau de inteligência de cada um (medido pelo QI ou por outros testes psicológicos), de retenção dos dados que chegam até os nossos sentidos para serem arquivados, estudos que fazíamos ou que fazemos com o objetivo de buscar instrumentos que auxili(ass)em o aluno em seu processo de aprendizagem, na crença, cientificamente ingênua, de que é possível manipular ou controlar esse “aparelho” mental. Mas, não é da memória cognitiva, ou, pelo menos, não em primeira instância, de que vamos nos ocupar neste texto, mas de outro tipo de memória, da memória que nos remete ao passado, talvez à origem, à origem de nós mesmos que é sempre e necessariamente feita de outros, por outros e, desta vez, num primeiro momento, esse outro ou esses outros – porque cada um é muitos outros na sua constituição heterogênea e, portanto, fragmentária – é o próprio Derrida.

## 1. DERRIDA, *in memoriam*

Impossível falar de memória em Derrida, sem trazer a ele próprio, espectro que nos/me habita há pelo menos 22 anos, quando assisti, pela primeira vez, um seminário seu em Paris, na *Ecole Normale Supérieure* da *Rue d’Ulm*, época em que, confesso, compreendia muito pouco o que ele dizia, mas que preparou terreno, se assim se pode dizer, para leituras que, desde o Doutorado

---

\* Professora da UNICAMP.

que tinha início naquele ano – 1984 –, não cessaram de se produzir, arquivos dentro de arquivos, fragmentos de textos que se encadearam noutros textos, noutros autores, constituindo o que ele denomina, em *Farmácia de Plattão*, a tessitura de textos outros. Tessitura, tecido, rede que garante a sobre-vida daquele que, vivo, nos presenteia(va), sem cessar, com textos que produze(ia)m outros e outros mais, mas, que morto, continua vivo, mais presente do que nunca, na memória – que não se fecha – e nos textos que continuam abertos – escancarados – a múltiplas interpretações, prosseguindo sua missão, ou função, de inquietar, provocar, problematizar, convocar, comprometer.

Ora, como afirma o próprio Derrida, o compromisso provém da herança; herança que, sem querer – nem ele, Derrida, nem nós – recebemos. Sobretudo aqueles que, como eu, embora tenhamos desejado um contato mais próximo – talvez desenvolver uma pesquisa sob sua direção – não fomos dignos dessa honra. Mas, ainda assim, consideramo-nos herdeiros de seus textos. Herança essa que não torna ninguém, gratuitamente, rico, mas que significa, como ele próprio afirma, trabalho: o que fazer com ela? É a pergunta que sempre fazemos ao receber uma herança: podemos não fazer nada ou fazê-la produzir, dar frutos, transformar-se, sobre-viver. Voltaremos a essa questão mais adiante. Por enquanto, convoquemos, invoquemos, chamemos Derrida e sua memória – se ousadia demais não for – para nos ajudar a contar um pouco de sua vida<sup>1</sup>.

Jacques Derrida nasceu na Argélia, mais precisamente no Maghreb, em El-Biar, aos 15 de julho de 1930; é, portanto, franco-magrebino, embora “o silêncio desse hífen não pacifique ou não acalme nada, nenhum tormento, nenhuma tortura” (DERRIDA, 1996, p.27), que permaneceu em sua memória, na história das relações entre França e o Maghreb, na história do próprio Derrida. Ainda menino, sofreu as consequências da colonização imposta e esmagadora, uma espécie de “assimilação profunda” em apenas duas gerações. Seus pais não quiseram que aprendesse árabe: devia falar francês e aprender francês na escola. Na juventude, perdeu, sem nada haver perguntado ou dito, a cidadania francesa, sem que nenhuma outra fosse colocada no lugar. Anos depois, recuperou-a, também sem mais nem menos: era jovem demais para compreender as implicações políticas de tudo isso. Tal acontecimento tomou de surpresa todos os judeus da Argélia, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, decisão unilateral do governo francês, já que não houve, como testemunha o próprio filósofo, nenhuma Ocupação alemã naquele país. Essa atitude, arbitrária, injus-

---

<sup>1</sup> Os dados que aqui trazemos foram coletados, sobretudo, do documentário *D'Ailleurs, Derrida*, produzido por Safaa Fathy em 1999, e da obra de Derrida *Le Monolinguisme de l'Autre*.

ta e, ao mesmo tempo, sem sentido, deixou, certamente, marcas traumáticas na identidade – sua e do seu grupo –, “na pertença ou não-pertença da língua, nessa filiação à língua” (DERRIDA, 1996, p. 35) francesa, a *sua* língua, a única que ele possuía, mas que não lhe pertencia, como não cessa de repetir Derrida em seu *Monolingüismo do Outro*.

Aliás, uma língua não pertence nunca a ninguém, embora tenhamos essa impressão: algo está impresso em nós de que a língua que denominamos materna, a língua que nos constitui enquanto sujeitos, que nos faz sujeitos, nos pertence e, com ela, todos os arquivos culturais que constituem a memória de um povo, do povo que nos acolhe(u). Mas, Derrida – assim como outros – sentiu-se des-filiado, sem cidadania, sem pertença, sem identidade, lançado à memória de tudo o que os tornava rejeitado, excluído, marginalizado.

Aos 22 anos de idade, Derrida seguiu para a metrópole, a fim de prosseguir seus estudos em filosofia na Ecole Normale Supérieure em Paris, onde lecionou de 1965 a 1984. Etienne Balibar testemunha em seu texto “Adieu, Derrida”, como aluno, amigo e colega, que, quando Derrida já era conhecido como “melhor fenomenólogo da França”, ele era sobretudo para ele e seus colegas, “o autor de um ensino maravilhoso sobre a origem da geometria de Husserl”, no qual a questão da historicidade da verdade se impunha nos debates entre o sociologismo e o psicologismo. E Balibar prossegue:

Ele ia diretamente ao mais difícil: a questão das condições de possibilidade da demonstração, fazendo-a passar de um problema de garantia formal a um problema de reprodução no tempo, antecipando sua temática do ‘traço’ (*la trace*) ou da conexão entre a atividade do pensamento e a materialidade da escritura. Seus cursos eram eloquentes, mas, sobretudo, rigorosos no estabelecimento dos conceitos e na leitura dos textos [...] (cf. BALIBAR, 1994).

De 1960 a 1964, lecionou na Sorbonne. No início dos anos 70, dividiu seu tempo entre Paris e os Estados Unidos, onde lecionou em universidades como Johns Hopkins, Yale e University of California at Irvine. Se Derrida era conhecido como grande intelectual e filósofo, ele sempre foi, sobretudo, professor, como ele próprio confessa em *D’ailleurs Derrida*.

Um dos grandes pensadores da geração de 68, centrou suas críticas, como os demais, na epistemologia ocidental baseada no primado da racionalidade e da busca da verdade, no sujeito idealizado da época das Luzes. Essa perspectiva projetou-o, bem como a seus colegas Foucault, Barthes, Lacan e outros, na pós-modernidade ou no pós-estruturalismo, já que, segundo alguns críticos, esses pensadores e Derrida em particular projetam suas obras na crítica ao estruturalismo.

A obra de Derrida efetua o que se convencionou denominar de desconstrução, modo de pensar que problematiza de dentro o que parece natural, óbvio, familiar, de modo a provocar, exatamente aí, estranhamentos, a trazer questionamentos sobre as articulações e as decorrências. Não se trata, portanto, de “destruir” para construir sobre novas bases: não é possível, segundo o filósofo, estar fora, no exterior daquilo que nos constitui, como é o caso da epistemologia ocidental baseada no primado da racionalidade e na busca da verdade e da perfeição. Os trabalhos de Derrida focalizam a linguagem e subvertem as concepções vigentes de leitura, escritura e texto, questionando-o como fonte de seu sentido e deslocando a noção de texto para todo e qualquer acontecimento. Alguns críticos confundem desconstrução com destruição e consideram que suas obras destroem os primados metafísicos da filosofia; na verdade, Derrida mostra as tensões inevitáveis entre o desejo de coerência que governa a filosofia – e eu acrescentaria (como, aliás, ele o fez em diversos momentos) toda disciplina, área de conhecimento ou ciência – e as evidências de sua impossibilidade.

Aos 8 de outubro de 2004, morre em Paris, aos 74 anos para permanecer entre nós como espectro, mais presente e mais vivo do nunca, como o grande, senão o maior e mais famoso, filósofo dos últimos tempos. Pouco tempo antes, mais precisamente em novembro de 2003, confessou em uma entrevista ao jornal *Le Monde* sua fragilidade diante da morte, ele, que tantas vezes discutira o tema da morte e do luto, ele que sabia que morremos a cada instante, a cada experiência, que a morte faz parte da vida, confessa que não aprendera a viver porque não aprendera a morrer:

Você sabe, aprender a viver é sempre narcísico [...]: a gente quer viver o máximo possível, salvar-se, perseverar e cultivar todas essas coisas que, infinitamente maiores e poderosas do que você, fazem, entretanto, parte desse pequeno “eu” que transbordam por todos os lados. Pedir-me para renunciar a tudo isso que me formou, ao que tanto amei, ao que foi minha lei, é me pedir para morrer. Nessa fidelidade, há uma espécie de instinto de conservação (DERRIDA, 2005, p. 30).

Derrida estava em guerra contra ele mesmo, contra a doença (o câncer) que o estava atacando e debilitando: era humano, demasiadamente humano, para parafrasear Nietzsche – um dos filósofos que se encontram na base de seu pensamento –, mas, paralelamente, discorria sobre o perdão e a hospitalidade, dois temas tão necessários num mundo invadido por tantas hostilidades, guerras, disputas, sobretudo contra aqueles que mais próximos estão uns dos outros. Como lembra Freud, em *Mal-estar da Civilização*, quanto mais semelhantes são, mais se agriem, mais um cutuca no outro o que está recalcado, daí o

desejo de um exterminar o outro, de enterrá-lo, de fazer o trabalho de luto, ainda que tudo isso seja inconsciente.

Derrida (1995[2001]<sup>2</sup>) afirma, retomando Freud, na obra referida, que o trabalho de luto pretende – quase sempre de forma inconsciente – assegurar-se de que o morto não volte, de que seu cadáver permaneça localizável, em lugar seguro, em decomposição, exatamente onde foi colocado (DERRIDA, 1993 [1994, p.134]), que sua memória se apague ou que reste apenas como arquivo morto, fechado, acabado, esquecido, finalizado. Derrida referia-se a Marx, mas podemos pensar em qualquer outro...

Não é, entretanto, o que vemos acontecer com Derrida que permanece vivo nos rastros que deixou em quem apenas o viu, o ouviu algumas vezes: simplicidade, grande humildade, respeito pelo outro, ao lado de uma inteligência incomparável, de uma sabedoria profunda que constituía sua memória de que deixou vários arquivos abertos a todos quantos quiserem interpretar, pensar, fazer prosseguir sua (in)terminável caminhada. Ainda que sempre haja aqueles que, no desejo de proteger o seu sepulcro, na reta intenção de não permitirem que o matem com sacrilégios, se colocam como guardas em torno de seu esquite, seu espectro escapará, através de sua obra, pelo excesso de vida que nela transborda não permitindo que o matem, que o enterrem, que o encerrem em interpretações controladas e autorizadas, para não dizer, autoritárias.

## 2. A MEMÓRIA em Derrida

O arquivo é outro sentido de memória que Derrida traz à baila em sua obra *Mal de Arquivo* (2001), tema de uma conferência proferida em Londres, no dia 5 de junho de 1994, denominada “Memória: a questão dos arquivos”. De uma certa maneira, esse tema é retomado, em vários momentos, em *Espectros de Marx* (1994), já que a memória é constituída de um sem-número de espectros, de fantasmas, de espíritos se assim quisermos, de fragmentos de sujeitos que atravessa(ra)m nossa existência e que vão constituindo arquivos, ora mais, ora menos organizados, segundo a função que desempenha(ra)m na vida de cada um. Na maior parte das vezes, eles se misturam, se combinam, se confundem, constituem uma rede, fios emaranhados, cuja origem heterogênea e híbrida permanece, desconhecida, no inconsciente.

---

<sup>2</sup> A primeira data corresponde à publicação da obra original e a segunda, entre colchetes, à publicação da obra traduzida consultada. As demais ocorrências da mesma obra trarão apenas a referência à data da publicação da obra consultada.

O sentido mais comum de memória e, por extensão, de arquivo, é, como sabemos, de retorno à origem, ao passado, o que nos remete ao desejo de completude, de totalização, de controle de si e do outro, de tudo enfim. Nesse sentido, a memória remete a *arkfté* – raiz do termo arquivo –, arcaico e arqueológico, lembrança ou escavação, busca do tempo perdido no passado e que gostaríamos, de forma consciente ou não, de resgatar. Trata-se de conjuntos complexos de traços, de marcas, verdadeiras inscrições que vão se complexificando com o tempo, mas que não se apagam jamais.

É importante compreender que, para Derrida, nem a memória individual é inocente, neutra, uma retomada da origem intacta, pura, do acontecimento em sua objetividade, ainda que esse acontecimento tenha sido vivido, presenciado, testemunhado... A memória será sempre interpretação, invenção, ficção, que se constitui *a posteriori* do acontecimento, num momento em que outros já se cruzaram e fizeram história. Por essa razão, a memória será sempre incompleta, sempre faltosa, de certa maneira sempre verdadeira e, ao mesmo tempo, mentirosa.

Essa ficção ou essa interpretação se submete, sempre, às leis ou às regras – o que significa ao poder – do momento que se está vivendo. Afirma Derrida, a memória, ou o arquivo, segue as mesmas leis do inconsciente, que, através de recalcamientos, de internalizações da(s) lei(s), faz o que o poder quer; este leva à apropriação de um documento, à sua detenção, retenção ou interpretação (DERRIDA, 2001, p. 07). O poder, que pode ser representado por cientistas ou intelectuais ou por arquivistas, faz, por exemplo, com que nos detenhamos sobre um certo número de documentos e desprezemos outros, que valorizemos um arquivo e não outro, com que valorizemos este e não aquele, com que interpretemos desta e não daquela maneira. Isso no plano oficial da constituição dos arquivos de informação, mas o mesmo se passa com a memória ou os arquivos que vamos constituindo internamente, a nosso respeito ou a respeito do passado de outros.

Aliás, vale a pena insistir: é justamente no lugar de uma anamnese<sup>3</sup> impossível em sua experiência espontânea, viva e interior, no lugar da *falta* originária e estrutural da chamada memória que o arquivo tem seu lugar (DERRIDA, 2001, p. 22), na tentativa, vã, diga-se de passagem, de preenchê-la, de completá-la, de fixá-la. Assim, um livro ou mesmo uma foto pode constituir um arquivo, na medida em que esta procura *congelar* na imagem um ou vários acontecimentos importantes e, com ele(s), uma série de lembranças, que retomam

---

<sup>3</sup> História de vida, retrospectiva que se pretende fiel aos acontecimentos vividos.

outras e estas, outras mais. Nesse sentido, uma música pode também constituir um arquivo, desde que algo se organize, se materialize nela. Enfim, o arquivo resultaria daquilo que, internalizado na memória, parecia impossível de organização, apenas fragmentos, por vezes desconexos e embaralhados.

A psicanálise – que Derrida retoma, em *Mal de Arquivo*, como modelo para tornar compreensível o método do arquivo – fala, com razão, de estocagem das impressões, de cifragem de inscrições no inconsciente, mas também de censura, de recalçamento, de repressão, de tensões, contradições, aporias – insolúveis, constitutivas, indelévels. Marcas que provêm do exterior e que marcam a singularidade do sujeito; marcas que se inscrevem no corpo próprio, por vezes de modo explícito, através de um corte, de uma circuncisão, no caso dos judeus, que deixa uma cicatriz – incisão na pele que recobre outras peles, inscrição posta e imposta (já que a criança não decide) numa sociedade, numa cultura, numa religião (conjunto de crenças); marcas que se inscrevem nos hábitos, nas roupas, na alimentação, no corpo. Incisão que é sempre memória. Memória que se recebe por herança e que permanece como traço indelével, ainda que se queira apagar, denegar, sepultar, depositar num lugar determinado para vigiar o morto, como afirma Derrida a respeito do próprio Freud que, inutilmente, tentou ocultar a origem judia da psicanálise.

Entretanto, mesmo quando essa marca não é tão fisicamente visível, tão publicamente explícita, voluntária, consciente, toda memória, todos os fantasmas que nos habitam, todas as marcas, sobretudo os traços primários – responsáveis, segundo Lacan, pela singularidade do sujeito – deixam marcas em nosso corpo, em nossa aparência física, ainda que essa aparência nos torne semelhantes aos de nossa geração, aos que conosco convivem, na historicidade compartilhada. O que não significa que, sobre essas marcas indelévels, outras não se inscrevam: a moda, a historicidade na qual mergulha o sujeito provoca deslocamentos, transformações, inscrições sobre inscrições.

Mas, outro sentido aflora do termo arquivo: se ele remete a começo, remete também a comando (ordem, autoridade). Derrida (2001, p. 12) lembra que *archive* (fr.), usado inicialmente, em francês, no masculino singular, provém do grego *arkheteion*, “inicialmente uma casa, um domicílio, um endereço, a residência dos magistrados superiores, os *arcontes*, aqueles que comandavam”. Eles representavam a lei, pois a detinham. Considerando sua autoridade publicamente reconhecida, era em seu lar, nesse lugar (casa particular, da família, casa funcional) que se depositavam, então, os documentos oficiais. Os arcontes foram os primeiros guardiães. Não eram apenas responsáveis pela segurança física do depósito e do suporte; a eles cabiam o direito e a competência hermenêuticos: tinham o poder de *interpretar* os arquivos.

Assim se estabeleceu o poder arcôntico, que remetia às funções de unificação, classificação, acrescidas do poder de consignação. Este aponta para a designação de um lugar, sobre um suporte, mas também para o ato de reunir signos (“com-sagnar”). Ora, deduz-se daí que a classificação, a reunião de signos devem obedecer a uma certa ordem, a uma certa lógica, a leis, a regras. “Num arquivo, afirma Derrida, não deve haver dissociação absoluta, heterogeneidade ou *segredo* que viesse a separar (*scernere*), compartimentar de modo absoluto. O princípio arcôntico do arquivo é também um princípio de consignação, isto é, de reunião” (DERRIDA, 2001, p. 14).

Desse modo, todo arquivo precisa de um lugar (instância topológica) e de lei(s) – autoridade – (instância nomológica), para se constituir, ou melhor, se construir. Quem não reconhece aí as origens do que, ainda hoje, denominamos arquivos – impressos ou virtuais? Arquivos de dados para (ou resultantes de) pesquisas ou arquivos em bibliotecas? Todos precisam de um lugar e de leis de ordenação, de organização, o que pressupõe, necessariamente, escolha, hierarquização, exclusão de dados.

O princípio de consignação significa, também, que não há arquivo sem uma técnica de repetição e sem uma certa exterioridade. O arquivo deve assegurar a possibilidade de repetição, de memorização, de reprodução ou de reimpressão. E, lembra Derrida (2001, p. 23), a lógica da repetição, a compulsão à repetição é, segundo Freud, indissociável da pulsão de morte, ameaça de destruição.

Tanto na figura do espectro quanto na ideia de arquivo, há o desejo de permanência, de eternização, de infinitude. O espectro retorna ou permanece no, para, com o outro, como uma sombra fantasmática a per-seguir o caminho desse outro – desejante ou não. O arquivo resulta do investimento de um trabalho sedutor, remédio para o tão temido desaparecimento da memória. Mas, paradoxalmente, a pulsão de morte ameaça todo desejo de arquivo, ou melhor, mina por dentro o arquivo, constitui o próprio arquivo, na medida em que este tenta fixar o passado, estabilizar os dados, estancar a memória. No caso do espectro, é o desejo de abafar o recalcado ou o reprimido: o morto passa por um trabalho de luto, logo após um traumatismo que pode ser resumido em atos de exorcização, de sepultamento, garantia de que o morto realmente morreu e de que permanecerá numa sepultura a ele destinada, onde seu desaparecimento possa, de algum modo, ser controlado.

Em ambos os casos, trata-se da memória que remete ao passado, que, evidentemente, se desejaria guardar, preservar, conservar tal e qual (se possível), em vista de um por-vir, de um futuro e, portanto, do outro, de uma

alteridade em direção à qual o presente se projeta inexoravelmente. Mas, ao mesmo tempo e contraditoriamente, desejar-se-ia eliminar, destruir, paralisar toda possibilidade de porvir. Pulsão de vida e pulsão de morte, de prazer e de violência, pulsão de conservação e de destruição, preservação e aniquilação de si, do outro e do outro de si.

A essa contradição interna Derrida denomina “mal de arquivo”: se o arquivo existe é porque o esquecimento, a finitude rondam a memória; ao tentar conservar os dados que constituem os acontecimentos, o arquivo os destrói, os corrompe, porque os classifica, modifica, hierarquiza, transforma e, sobretudo, paralisa, destrói, mata.

Assim se pronuncia Derrida (2001, p. 32) a respeito:

Não haveria certamente desejo de arquivo sem a finitude radical, sem a possibilidade de um esquecimento que não se limita ao recalçamento. Sobre tudo, e eis aí o mais grave, além ou aquém deste simples limite que chamam finitude, não haveria mal de arquivo sem a ameaça desta pulsão de morte, de agressão ou de destruição [...].

É importante lembrar, ainda, que arquivo, em Derrida, aponta para “impressão”, termo tomado em seus múltiplos sentidos, dentre os quais, ele destaca: a) a impressão como inscrição, ao modo de uma impressora que permite a reprodução, a repetição daquilo que, como um carimbo se recalca (sempre no inconsciente em sua operação e em seu resultado), ou se reprime. Freud chama a repressão de segunda censura, aquela que opera entre o consciente e o pré-consciente e que afeta o afeto; b) impressão como noção vaga, imprecisa, indefinida: “tenho a impressão, mas não a certeza, de que x aconteceu” ou “algo me impressiona”; c) ligada à primeira, como marca em sua cultura, que se imprime fora e dentro de cada um: algo se imprime em nós como o “rastro de uma incisão diretamente na pele. Mais de uma pele, em mais de uma era. Literal e figurativa, acumula muitos arquivos sedimentados, alguns dos quais se inscrevem na epiderme do corpo próprio” (DERRIDA, 2001, p. 33), no caso da circuncisão.

Essas im-pressões (prensas em) constituem marcas de uma escritura ao mesmo tempo interna e externa que inscreve o sujeito numa cultura, isto é, em arquivos, de que, não raro, ele deseja, em vão, se desfazer, como tentou Freud, segundo Derrida (2001) a partir do texto de Yerushalmi (1991), ocultando a origem (judia) da psicanálise, seu próprio nome (Shelomoh Sigismund Freud), sua religião e importantes acontecimentos familiares reveladores de suas origens. Mas, apesar disso, há rastros espalhados em sua obra que denunciam suas origens recalçadas e denegadas.

Assim, se a memória, na sua contradição constitutiva, se faz de esquecimentos, de recalques e repressões, pois é impossível um retorno vivo e inocente às origens de acontecimentos que, ao se re-construírem, se transformam e se formam (são, portanto, ao mesmo tempo, o mesmo e o diferente), os arquivos, sínteses parciais, ainda que se queiram totais ou totalizantes dessa memória, vocacionados que são, ou queremos que assim sejam, à clausura, mantêm-se incompletos, inexoravelmente abertos a novas incorporações, acréscimos, interpretações, reclassificações. Por seu caráter repetitivo, o arquivo se encontra na injunção da memória (passado) e da promessa do futuro (por vir), da chegada de um novo acontecimento; assim, a tarefa do arquivo se justifica no outro porque houve um evento arquivado, porque a lei já se inscreve na memória histórica como injunção, permitindo que outro evento a ele se ligue ou a ele se contraponha.

O mais importante, portanto, é que todo arquivo significa “a impaciência absoluta de um desejo de memória” (DERRIDA, 2001, p. 09), mas uma “espera sem horizonte acessível”, porque o arquivo não se fecha a não ser ilusoriamente, “como um fantasma que vê sem ser visto” (DERRIDA, 2001, p. 80), apesar do mal de arquivo, que Derrida define como decorrente da pulsão de morte em Freud, da violência de tornar um o que é múltiplo, simples o que é complexo, porque híbrido, heterogêneo, “na figura da reunião totalizante” (DERRIDA, 2001, p. 101), representada pela lei do arconte, pela lei da consignação, união de fragmentos ou partes, documentos, para constituírem o único. Assim se pronuncia Derrida a respeito:

Talvez seja da estrutura do próprio arquivo que esse corpo e nome sejam espectrais, incorporando o saber que se demonstra sobre esse tema, o arquivo aumenta, cresce, ganha em *auttoricittas*. Mas perde, no mesmo golpe, a autoridade absoluta e metatextual que poderia almejar. Jamais se poderá objetivá-lo sem um resto. O arquivista produz o arquivo e é por isso que o arquivo não se fecha jamais. Abre-se a partir do futuro (DERRIDA, 2001, p. 88).

E é a partir desse lugar, do lugar do futuro, do lugar do morto, que “deixando de falar, ele faz falar, não respondendo nunca senão para se calar, não se calando senão para deixar a palavra ao paciente, o tempo de transferir, de interpretar, de trabalhar” (DERRIDA, 2001, p. 81). Essa seria a tarefa do analista. Mas, não seria essa também a tarefa do professor, do educador?

## ARQUIVANDO... por enquanto

Em *Mal de Arquivo*, Derrida encontra no texto freudiano um modelo exemplar para a compreensão da estrutura do arquivo. Isso porque as funções

dominantes das técnicas do arquivo (impressão, repressão, supressão) estão relacionadas com a psicanálise. Por outro lado, a própria psicanálise freudiana constitui em si um arquivo heterogêneo, híbrido, em que a história de Freud e a da psicanálise – desejo de ciência e, ao mesmo tempo, impossibilidade – estão irremediavelmente imbricadas e nelas, a memória do povo judeu, pois a obra de Freud, judeu austríaco, está perpassada de fragmentos, fios, por vezes descosturados, dessa memória (ver *Totem e Tabu*, *Moisés e o Monoteísmo* dentre outros trabalhos). Afinal, é preciso lembrar, em Derrida, a memória, ainda que individual, é sempre subjetiva porque construída, fruto de interpretação, e sempre social, porque herdada e, como tal, transformada, deformada.

Como procuramos explicitar, o conceito de arquivo em Derrida não coincide com a definição usual, pois traz uma multiplicidade de sentidos, dos quais procuramos trazer os mais pertinentes. Para o filósofo, arquivo é tudo aquilo que retém em si acontecimentos passados que se deseja reter de forma ordenada, organizada, mas é, também e ao mesmo tempo, uma substanciação plural de conhecimento histórico, aberto para futuras interpretações, que dependerão sempre das circunstâncias históricas em que se produzirão. Nenhum dado passado, nenhum aspecto da memória permanece inalterado, em seu estado puro e original: sempre haverá leis, regras, interesses que orientarão os olhares para este ou aquele aspecto, para a valorização de certos acontecimentos em detrimento de outros, de certas informações e não de outras.

Assim, é possível dizer que os arquivos, embora tenham por vocação primeira a preservação da memória, constituem práticas ativas e discursos que criam hierarquias e exclusões; nessa medida, servem ao poder, nos planos político e cultural. Os arquivos constituem, pois, segundo Papatheodorou (1999, p. 199-200) linguagens do passado, ativadas em conformidade com as demandas científicas e sociais e o conteúdo dessas escolhas está marcado pelo modo como buscamos (ou somos levados a buscar) a informação. Nossa escolha, portanto, não se orienta por nenhum princípio abstrato, neutro, *mas é uma negociação orientada ideologicamente*, relacionada de bem perto com *as políticas de interpretação*. E esse aspecto político, esse compromisso social Derrida não encontra na psicanálise que, portanto, nesse aspecto, não constitui modelo, pois não é capaz de dar conta da importante estrutura social do arquivo.

Resta uma última reflexão que considero de extrema importância e que provém da concepção de memória e arquivo em Derrida. Todo arquivo se dá a ler e não é possível ler, interpretar, estabelecer seu objeto, isto é, uma herança dada, senão inscrevendo-se nele, isto é, abrindo-o e enriquecendo-o a mais não poder, para, só então, aí ocupar um lugar em pleno direito (DERRIDA, 2001, p. 88). E é isso o que deseja Derrida, para quem a memória e o arquivo – que já

estavam constituindo, de si, de sua obra e das obras que possuía em vida, desde que completou 70 anos –, enfim, a sobre-vida, não significam continuar presente depois da morte, mas

... a vida para além da vida, a vida mais do que a vida, e o discurso que mantenho não é mortífero, ao contrário, é a afirmação de um vivente que prefere o viver e portanto o sobreviver à morte, pois a sobrevida não é simplesmente o que resta, é a vida mais intensa possível (DERRIDA, 2005, p. 55).

## Referências Bibliográficas

BALIBAR, Etienne. A bientôt, Jacques Derrida. Les Archives Intégrales de l'Humanité, 11/10 ([www.mideastdilemma.com/featured.html](http://www.mideastdilemma.com/featured.html)) 1994.

DERRIDA, Jacques. *Apprendre à vivre enfin* – entretien avec Jean Birnbaum. Paris: Galilée / Le Monde. 2005.

\_\_\_\_\_. *D'Ailleurs, Derrida*. Film documentaire (super 16 mm; durée: 68'). Auteur-réalisateur: Safaa Fathy. Production: Laurent Lavolé et Isabelle Pragier. Gloria Films, La Sept Arte. Trad. du texte: Éliada Ferreira. 1999.

\_\_\_\_\_. *Le Monolinguisme de l'Autre*. Paris: Galilée. 1996.

\_\_\_\_\_. (1995) *Mal de Arquivo*. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

\_\_\_\_\_. (1993) *Espectros de Marx*. Trad. Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_. (1972) *A Farmácia de Plattão*. Trad. Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 1991.

FREUD, Sigmund. (1930) O Mal-Estar na Civilização. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Trad.: José Octavio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997. v. XXI, p. 73-171.

PAPATHEODOROU, Yiannis. Review of Jacques Derrida, *Mal d'Archive* (1995). *History in tftte promised land of memory*, volume 1, Athens. 1999, p. 199-200.

YERUSHALMI, Yosef Hayim. *Le Moïse de Freud, judaïsme tterminable ett interminable*. Paris: Gallimard. 1991.

